

Reindexação diária é questão de tempo

A falta de consenso na área econômica é o único obstáculo que impede o Governo de baixar, imediatamente, um conjunto de medidas destinadas a promover a reindexação plena da economia. O próprio ministro da Fazenda, Mário da Nóbrega, descarta enfaticamente a necessidade de promover, agora, a volta da indexação diária. Mesmo reconhecendo o risco de uma dolarização da economia, ele sustenta que a volta da inflação à casa dos dois dígitos ocorrerá de forma ordenada, o que permite a observação de um prazo maior para que proceda a plena reindexação.

De qualquer forma, alguns dos principais assessores do ministro da Fazenda admitem que a reindexação plena é apenas uma questão de tempo. Além disso, resta a dúvida de qual seria o indexador geral da economia — se o IPC, que é calculado pelo IBGE e mede oficialmente a inflação, ou IGPM calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

O processo de reindexação, segundo esses mesmos assessores, tem por objetivo recuperar as receitas perdidas pela União em função das mudanças no Imposto de Renda das pessoas físicas e no IPI-veículos. Além disso, teria a função de permitir que o País conviva com taxas de inflação entre 20 a 30 por cento ao mês, sem que isto signifique, necessariamente, um aumento das incertezas no mercado ou o crescimento das especulações em ativos de risco ou reais.

ESTUDOS

As principais medidas que estão sendo estudadas pela equipe técnica do Ministério da Fazenda prevêem a criação do Bônus do Tesouro Nacional — Fiscal (BTN Fiscal), que atuará como indexador diário, nos moldes da extinta OTN Fiscal; o lançamento no mercado do BTN com cláusula cambial, para que as empresas multinacionais tenham outra opção além da alteração da remessa de lucros para o exterior; e a volta das minidesvalorizações cambiais diárias.

Contra a resistência dos que defendem uma reindexação apenas em meados de julho ou agosto pesa o argumento de que, em relação à criação do BTN Fiscal, a correção diária traria maior transparéncia à taxa de juros real que é praticada pelo Banco central. A exemplo do que ocorria com a OTN Fiscal, seria possível restabelecer a relação: nível de juros real é igual a taxa de juro menos o BTN Fiscal.

Outro argumento igualmente importante é o de que a reindexação

dos recolhimentos dos impostos de Renda das pessoas físicas e jurídicas permitiria recompor, a partir de julho, a capacidade desses tributos em gerar receita. Afinal, até aqui as perspectivas para as receitas públicas têm sido sombrias. Tanto que estimativas de abril indicavam que a receita fiscal bruta poderia ficar 20,5 por cento abaixo do fixado no Orçamento Geral da União e de lá para cá pouco ou quase nada ocorreu de substancial para alterar esse quadro.

RECEITAS

De acordo com dados disponíveis até 16 de maio último, a redução das alíquotas do Imposto de Renda das pessoas físicas provocaram perdas superiores às estimadas pela Receita Federal — algo em torno de 28,5 por cento em março e abril. Além disso, as perdas de receitas provocadas pelo Plano Verão representaram cerca de 19,5 por cento da receita tributária no primeiro quadrimestre, medidos em termos reais e em relação ao mesmo período de 1988.

A recuperação anunciada pelo Governo para o mês de abril acabou não sendo correta, pois decorreu da comparação com o mês de março ao invés de ter sido feita com abril do ano passado. Na realidade, procedendo à comparação correta, a arrecadação de abril apresentou uma queda de 17,5 por cento reais em relação a abril de 1988.

Nem mesmo a ligeira recuperação da arrecadação em maio pode ser considerada como sintomática, pois reflete os ganhos obtidos com a não correção da tabela do Imposto de Renda Retido na Fonte e os aumentos salariais concedidos em abril. A perspectiva ainda é de um quadro alarmante, caso não seja adotada a indexação dos Impostos. Mantidas as regras atuais, o Imposto de Renda deverá ficar 35 por cento abaixo do orçamento (não considerando o esforço de arrecadação); o IPI ficará 26,5 por cento abaixo do previsto; enquanto que o Imposto de Importação ficará 39,1 por cento menor.

Na conversa que os técnicos da Secretaria da Receita Federal terão com a missão do Fundo Monetário Internacional, deverá ser repreendida a cifra de NCZ\$ 56 bilhões (9,5 por cento do PIB) acrescida de NCZ\$ 3,5 bilhões relativos aos resultados esperados com o esforço fiscal. Entretanto, os técnicos terão a difícil tarefa de explicar os motivos da queda de arrecadação e, aí, certamente será discutida a indexação dos impostos ao BTN.